



A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANSEIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO DEMOCRÁTICA NO MARAJÓ-PA.

Cassiane de Nazaré da Silva Oliveira (PPGen/IFMT) – cassiane1955@gmail.com

Juliano Batista dos Santos (PPGen/IFMT)) – juliano.santos@cba.ifmt.edu.br

GT 13: História da Educação

Resumo

A Educação Profissional e Tecnológica sempre permeou o cenário educacional do Ensino Médio, ora de forma obrigatória, ora de forma opcional e subsequente e, agora, mais recentemente, de forma integrada. Fazer uma análise desse contexto e como as políticas para o Ensino Médio foram se constituindo é um dos objetivos desse trabalho. Para além disso, apresento nesta pesquisa, valendo-me de autores regionais, como Araújo (2017) e Souza (2012), o contexto de construção e implantação do Instituto Federal do Pará (IFPA) - Campus Breves, na Ilha do Marajó, no estuário Amazônico do estado do Pará. Contextualizar esse território é fundamental para a proposta que se desenha. A metodologia empregada foi a pesquisa documental e bibliográfica, bem como as experiências vividas durante o período em que estive no município de Breves, desenvolvendo trabalhos como servidora pública de assuntos educacionais. Por fim, pretende-se evidenciar que o IFPA, apesar das inúmeras dificuldades, firmou-se no território do Marajó das florestas por meio de uma construção democrática, pautada no ensino público de qualidade para uma região com escassez de oportunidade

Palavras Chaves: Marajó. Educação Profissional. Ensino Médio. Políticas públicas.

1 Introdução

O presente trabalho é parte, mesmo que transversal, da dissertação de mestrado para o Programa de Pós-graduação em Ensino do Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT) - Campus Cuiabá, e tem como tema a evasão escolar no contexto da educação profissional no IFPA Campus Breves-PA. Para entendermos os problemas da evasão, é necessário mergulharmos numa reflexão sobre o contexto histórico que originou as políticas atuais para o Ensino Médio, como também fazermos uma viagem, para conhecer o município de Breves, seus costumes, povos e raízes históricas, o que configura um dos objetivos desse artigo.

Minha imersão no território do Marajó, assim como o despertar dessa pesquisa, iniciou-se em 2018, ao ser nomeada como pedagoga do Campus Breves no IFPA. Na primeira viagem ao Marajó, fiquei deslumbrada com a rica biodiversidade da cultura paraense de raiz. Cabe destacar que sou natural do município de Altamira, que fica no mesmo Estado, porém há quase dois dias de viagem de barco. Costuma-se dizer em Altamira, embora saibamos que isto não é verdade, que nós, altamirenses, não temos uma cultura própria, pois nossa construção histórica, recebeu influência de várias regiões do Brasil, devido a forma de colonização a partir dos anos 60. De lá para cá, vieram pessoas de todos os lugares do país em busca de terras. Muitos por aqui se instalaram e ficaram.

As diferenças culturais são percebidas facilmente por quem é da região, seja em Altamira ou Marajó. Lembro-me que, por várias vezes, fui questionada se era realmente paraense, devido sotaque diferente dos marajoaras. Essas peculiaridades, a acolhida, e os aprendizados durante os três anos que permaneci nessa ilha, motivaram-me a escrever esse artigo, para expor as formas como se constituiu o processo educacional de implementação de cursos técnicos integrados da rede federal nesse território.

Nessa pesquisa apresento um breve contexto histórico das construções que nortearam as políticas voltadas para o Ensino Médio e Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Para tanto, utilizamos autores que são referências sobre o tema: Caires e Oliveira (2016), Cordão (2017) e Zibas (2005). Todos eles traçam o percurso histórico e destacam a forma propedêutica e dualista com que se construiu as políticas voltadas para a EPT.

Outro ponto em destaque na construção do artigo, está na contextualização do território do Marajó. Conhecer as diferentes realidades, as mazelas, belezas, formas de vida, cultura local, relações e costumes, presentes na construção de uma instituição dentro desse território, é o objetivo desse artigo, que é de fundamental importância para a pesquisa que se desenha. Para isso, busquei autores regionais, pois dar valor e reconhecimento aos escritores locais é imprescindível para valorização de uma região que, por muitas vezes em nossa história, ficou em segundo plano.

2 Contexto histórico das políticas educacionais para Ensino Médio e EPT

As raízes históricas dizem muito do que somos e explicam como se deu toda a construção do processo educacional no nosso país. Para tanto, torna-se necessário que façamos um apanhado histórico-cultural para que, a partir dessas construções, possamos analisar e refletir sobre o presente, suas benesses e mazelas. Segue-se, portanto, um breve referencial do contexto histórico do Ensino Médio e da Educação Profissional no Brasil. Mais adiante, trataremos sobre a história político-econômica e educacional do município de Breves, dando ênfase na implementação do Campus Breves pelo IFPA.

Segundo Caires e Oliveira (2016), o contexto histórico educacional no Brasil, nasceu pautado numa educação assistencialista e dualista por parte do Estado. Nesse cenário, o ensino médio e técnico, no período colonial, não possuía estrutura organizada, estava voltado para o ensino de ofícios, a manutenção da mão-de-obra, gênese do grande preconceito relacionado às

atividades manuais. O objetivo, até então, era manter os filhos das camadas mais elevadas longe desses trabalhos braçais, destinado somente aos menos abastados da sociedade.

Entre os anos de 1808 a 1821, havia uma perspectiva de instalação de algumas empresas industriais no Brasil. Devido à grande necessidade de mão-de-obra, foi criado o Colégio das Fábricas, primeira instituição de ensino totalmente pública, pensada com o intuito de suprir a necessidade do trabalho fabril. Porém, o colégio não durou por muito tempo, as fábricas não abriram como era o esperado e, em 1812, o colégio foi totalmente desativado. Na época, também foram instalados alguns centros de ensino superior, com destaque para o Colégio Médico Cirúrgico no Rio de Janeiro (CORDÃO, 2017).

Das ações registradas, segundo Caires e Oliveira (2016), os anos que se sucederam foram de total escassez e ausências de políticas públicas voltadas para a educação. Em 1824 é promulgada, no Brasil Império, a primeira constituição. Nele a educação gratuita foi contemplada apenas a nível primário. Somente em 1826, tramitou na câmara, um projeto de lei que organizava, pela primeira vez, em todo território nacional, a educação em níveis de ensino.

A partir de 1889, no Brasil Republica, acentuou-se a dualidade do ensino. A educação profissional passou a ser destinada aos filhos de trabalhadores e às classes menos favorecidas e, a educação superior, para os filhos das camadas mais elevadas da sociedade. É nesse cenário, em 1909, que o governo Nilo Peçanha determinou a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices, marco super importante para Educação Profissional e Tecnológica. Não à toa, período marcado pelo desenvolvimento industrial e tecnológico sob ideário positivista.

É importante destacar a revolução de 1930 e o movimento escola novista de 1932 que surge em oposição ao positivismo, ao ensino particular e confessional. Tinha como objetivo a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e democrática. Projeto esse, que foi totalmente inviabilizado com o golpe de 1930. Em 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) ou Lei nº 4.024/1961. Depois de longos períodos de discussões, essa normativa trouxe traços do Manifesto dos Pioneiros de 1932, mas também levou em conta proposta dos defensores da educação particular e confessional (ZIBAS, 2005).

Os anos que se sucederam foram períodos obscuros, com a instauração da ditadura militar. Sobre o exposto, Caires e Oliveira (2016, p. 76) afirmam que “Nesse período histórico, o país passou a ser governado através de Atos Institucionais e Complementares; Leis de Segurança Nacional e Decretos Secretos.” Essa forma de legislar culminou na Constituição de 1967 que manteve o ensino gratuito e aumentou para oito anos o ensino obrigatório. Todavia, houve

quedas nos recursos destinados à educação, assim como arrocho salarial para os professores que possuíam, em regra, baixa remuneração.

Em 1971 houve uma alteração na LDBEN/1961, que buscou a extinção da dualidade do ensino, propondo uma trajetória única para todos os estudantes. Primeiro grau com duração de oito anos, gratuito, e segundo grau (Ensino Médio), com duração de três anos, com objetivo de formar e desenvolver as potencialidades dos estudantes e o exercício consciente da cidadania, visando também a qualificação para o trabalho e/ou ingresso no ensino superior.

A educação profissional passou a ser parte do currículo obrigatório do segundo grau, porém as instituições de ensino, principalmente as públicas, não estavam preparadas para essas mudanças. Cordão (2017) relata que as instituições públicas já vinham em clima de deterioração, devido ao acelerado crescimento do primeiro grau sem o preparo e as devidas adequações referente a infraestrutura e formação de professores. Fatos esses que culminam, em 1982, na revogação da obrigatoriedade das instituições em oferecer o ensino técnico profissional em seus currículos (CORDÃO, 2017).

Em 1988, com intuito de assegurar o estado democrático, foi promulgada uma nova Carta Constitucional. Segundo Caires e Oliveira (2016), a presente Constituição, versa sobre a educação como um direito de todos e dever do Estado. Também assegura a progressiva universalização do ensino médio, público e gratuito.

A nova Carta Magna, foi o ponta pé inicial para a abertura de discussões sobre uma nova reformulação da LDBEN/1961, agora mais voltada para a formação humana e cidadã, sem excluir o preparo para o trabalho. Nesse cenário, foi promulgada a Lei nº 8.948/1994 que instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, criando os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com base no modelo implantado pelos militares, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, durante a ditadura.

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996). Aqui a educação profissional e técnica, segundo Caires e Oliveira (2016), restringiu-se ao capítulo III do título V, colocando-a como uma modalidade de educação separada dos outros níveis de ensino, podendo acontecer de forma articulada, isto é, nas modalidades concomitante ou sequencial ao ensino médio. A proposta de educação integrada não estava presente.

Sobre a reforma do ensino médio que aconteceu nos anos 90, Zibas (2005) destaca que a proposta no papel tinha teor otimista, pois objetivava construir um Ensino Médio em que os

conteúdos acontecessem de forma integrada e interdisciplinar; em que o foco da aprendizagem fossem os estudantes, deslocando os docentes do centro do processo. Porém, essa política esbarrou na realidade de escolas que não estavam preparadas estruturalmente e nem tecnicamente; rotinas de trabalho docente exaustivas, com divisão de carga-horária em duas, três ou mais escolas, tornaram quase impossível o trabalho de forma interdisciplinar.

Um capítulo importante nesse breve histórico da educação profissional e tecnológica está relacionado ao Decreto nº 5.159/2004, conferindo um novo arranjo, à educação profissional e tecnológica, a saber: ela poderia ser ofertada de forma integrada com o ensino médio, o que anteriormente não era possível. As formas concomitante e subsequente permaneceram. Da sanção do decreto, deu-se um crescimento acelerado de expansão da rede federal de ensino, com as ofertas do ensino técnico integrado ao médio.

Os Institutos Federais (IFs) foram criados pela Lei nº 11.892/2008. Segundo suas proposições, os IFs são instituições pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional em todos os níveis de ensino. Essas instituições são coringas, pois são as únicas no país que podem ofertar ensino de forma verticalizada, desde o nível fundamental com cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) até a pós-graduação. Hoje no Brasil existem 38 Institutos Federais, que em sua lei de criação determina que pelo menos 50% de sua oferta, deve ser de ensino médio integrado ao técnico, e pelo menos 20% de suas vagas devem atender a cursos de licenciaturas.

Nesse contexto, encontra-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, instituição que tem sua origem em 1909, no governo de Nilo Peçanha, com a Escola de Aprendizizes e Artífices. Depois se tornou Escola Industrial, passando por CEFETs até se tornar Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, com a política de expansão dos Institutos Federais de Ensino, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

3 Breves: contexto educacional e político-social

O município de Breves fica localizado ao norte do Estado do Pará, na mesorregião do Marajó, porção sudoeste da Ilha do Marajó, na microrregião dos furos de Breves, conhecida como Estreito de Breves. É uma ilha banhada pelas águas do rio Amazonas que se encontra com rio Tocantins, uma região que por seus rios e florestas é de difícil acesso, apenas por embarcação marítima. Hoje, a economia da cidade está baseada na agricultura de subsistência

e no extrativismo (principalmente do açaí). Breves é conhecida como a capital das ilhas, por ser a maior cidade do Marajó das florestas e rota de quase todas as embarcações que rodam pelo rio Amazonas. Logo abaixo uma imagem da entrada da cidade de Breves, às margens do rio Parauhaú. A estátua da foto representa a Nossa Senhora de Santana, padroeira da cidade.

Figura 1 - Vista da entrada do Município de Breves



Fonte: Arquivo pessoal.

A Amazônia marajoara é rica em biodiversidade, recursos hídricos, florestas e reservas naturais. Um território de cultura singular com uma vasta diversidade sociocultural. O Marajó se subdivide em seus traços culturais e florestais. Existe o Marajó dos campos, que segundo Araújo (2017, p. 15) “[...] sempre foi visto no cenário nacional pela exuberância paisagística, pelo búfalo como animal simbólico, pelo turismo expressivo e conhecido pelo país e pelo rico artesanato, juntamente com a cerâmica.”. De outro lado, o Marajó dos rios e das florestas, visto como um dos territórios mais pobres do país, que acarretam os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Essa visão construída com a força das mídias, que exaltam esses índices negativos, somada com a falta de políticas públicas para a região e a forma como as políticas de

“desenvolvimento” foram construídas, acabam contribuindo para o isolamento geográfico representado pela expressão “Ilha do Marajó”.

Esse território é uma pluralidade de cenários diferenciados que retratam um aspecto positivo de um lado, porém um tanto negativo de outro, resultado da miscigenação branca-nativa, branca-negra, negra-nativa, ocasionada pela forma de exploração e colonização que se estabeleceu nessa região (SOUZA, 2012).

Portanto, caracterizar uma região somente pelo seu IDH é diminuir e tornar invisível seus aspectos culturais, sociais e ecológicos. Não se pode deixar de lado a luta por melhorias na qualidade de vida da população local. É necessário políticas públicas efetivas, que realmente sejam voltadas especificamente às particularidades da região e do povo marajoara de acordo com sua realidade.

Segundo Araújo (2017), a ausência do governo e das políticas públicas trouxe para o Marajó um desenvolvimento predatório, com benefícios de curto prazo, acarretando grandes danos ambientais em razão da indústria madeireira ilegal. O Marajó ficou de fora dos grandes projetos “desenvolvimentistas” do governo, a partir da década de 60, que objetivavam integrar a Amazônia ao restante do país, e que tinham como lema “integrar para não entregar”.

Nesse sentido, “A riqueza gerada com a indústria madeireira não foi distribuída em investimentos sociais para os municípios da região, e com o fim do ciclo econômico, houve um colapso da economia local e o agravamento de problemáticas de ordem ambiental e social.” (ARAÚJO, 2017, p.19). Como não havia investimentos em políticas voltadas para moradia, saneamento, geração de emprego e renda, Breves e os municípios da região entraram em colapso, conseqüentemente aumentaram os índices de criminalidade, de prostituição e de desemprego.

O reflexo da pobreza, da falta de políticas públicas básicas, como água tratada e saneamento básico, revela-se através do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que no município é 0,503 (PNUD, 2010), um dos piores índices do país, ficando atrás apenas do município de Melgaço, cidade vizinha, também localizada na ilha do Marajó.

Com o fechamento das madeiras em 2008, Breves teve que se reinventar economicamente. Aqui cabe ressaltar que esse tipo de “desenvolvimento” pautado em políticas predatórias, que não levam em consideração as formas de vida e cultura da região, como é o caso do Marajó e do restante da região amazônica, acabam desvalorizando a cultura local e os saberes tradicionais.

Breves é uma região de significativa riqueza natural e cultural, seu povo possui saberes tradicionais que passam de geração em geração, aspectos que acabam ficando em segundo plano

nas literaturas sobre a região. Nesse sentido, Souza (2012, p.28) relata: “As populações amazônicas produzem conhecimentos e culturas, ligando-as ao passado para ratificá-las no presente, através de seus viveres e de suas memórias coletivas, que são fortes marcas das populações amazônicas nativas tradicionais.”.

Que formas de vida e saberes tradicionais precisam ser valorizados, não há dúvidas. Por isso a importância de pesquisas como esta que, em alguma medida, dão voz aos povos marginalizados, colocando seus costumes e saberes periféricos no centro das epistemologias. Culturas que ganham vida e memória histórica por meio de registros, algo que, infelizmente, fica, muitas das vezes, a cargo das mídias digitais ou televisivas, cujos interesses estão quase sempre atrelados a economia e audiência. É nesse contexto que está presente o IFPA - Campus Breves, uma iniciativa do governo federal em desenvolver a região por meio da educação. Mas como foi a implantação do campus na Ilha do Marajó? Abaixo apresentamos um pouco sobre.

4 IFPA: Uma instituição do/para o Marajó

O IFPA é uma instituição multicampi, pluricurricular, com autonomia administrativa, que oferece cursos de nível fundamental, como os cursos de formação inicial e continuada (FIC), educação básica com os cursos de ensino médio integrado ao técnico, cursos técnicos subsequentes, educação superior e pós-graduação.

A forma de ingresso na instituição, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018, prioriza combater qualquer tipo de discriminação, racial, religiosa, étnica e socioeconômica, promove ações afirmativas e zela pela inclusão social. Na educação superior, a forma de ingresso se dá pelo Sistema de Seleção Unificado (SISU), por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Já o ingresso no Ensino médio se dá por meio de processo seletivo ou de transferência interna/externa/ *ex-officio*.

A política de assistência estudantil segundo o PDI (2014-2018) visa a garantia do acesso, permanência e êxito dos estudantes, priorizando a inclusão social, a produção acadêmica e a formação plena, visando a criação de oportunidades com o princípio da equidade para o bom desempenho dos estudantes, agindo de forma preventiva nos casos de evasão e retenção escolar por fatores socioeconômicos. Esse atendimento acontece de forma setorial, por meio da Assistência Estudantil, do Departamento de Apoio Pedagógico ao Estudante, e do Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE).

Sobre a implantação do IFPA Campus Breves, inicia-se em dezembro de 2007 com uma visita do presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ao município, para instauração de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Marajó, na oportunidade, foi anunciado pelo presidente a criação de uma escola técnica na região, o futuro IFPA Campus Breves.

Esse plano de expansão no Estado do Pará passou por três fases, totalizando 17 *campis*, um *campus* avançado em Vigia - PA e uma reitoria localizada na capital do estado Belém-Pa. Dentre esses projetos, estava a previsão de construção do IFPA Campus Breves, como mostra a figura abaixo:

Figura 2 - Prédio do IFPA Campus Breves após construção



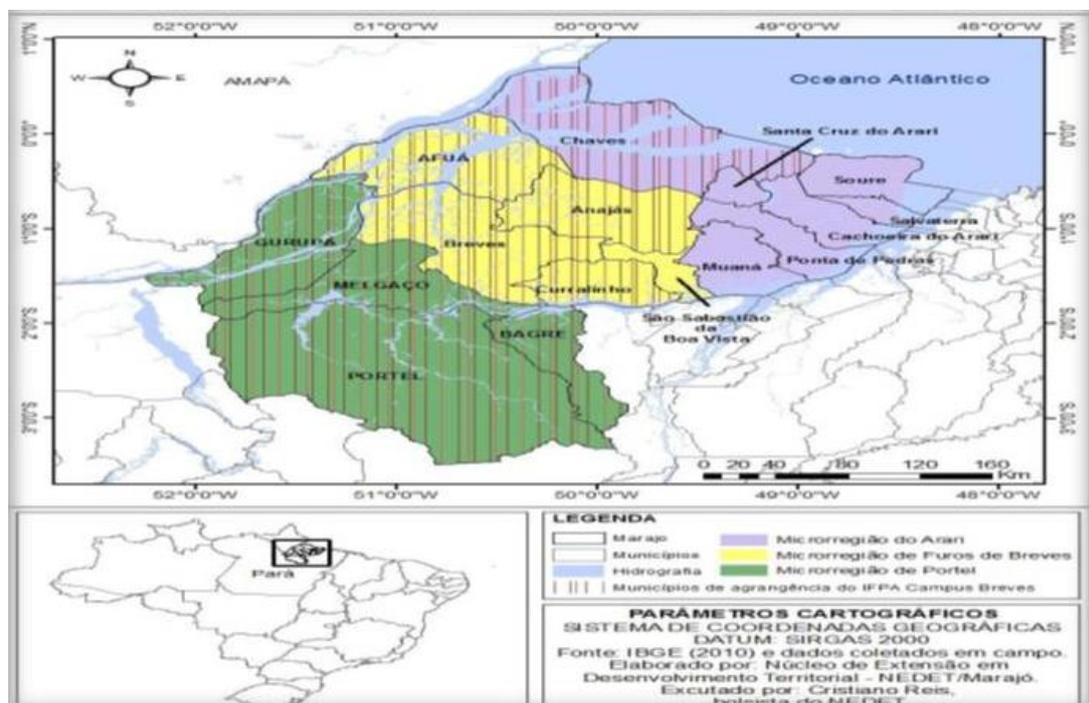
Fonte: Facebook IFPA/Campus Breves.

O Campus Breves data sua fundação em 08 de dezembro de 2010, através da portaria nº 1.366/2010. O instituto chegou no município de Breves, na Ilha do Marajó, logo depois que o IBAMA havia deflagrado uma operação que fechou as madeireiras da cidade em 2008, e a população encontrava-se desorientada, sem perspectiva, pois a sua principal fonte de renda era a indústria madeira.

O IFPA chega nesse território, com objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão no Marajó das florestas, em 09 municípios da sua área de abrangência, entre eles Anajás, Afuá, Bagre, Breves, Chaves, Currallinho, Gurupá, Melgaço e Portel, levando em conta suas especificidades e promovendo o

desenvolvimento sustentável para região. Abaixo a figura do mapa da área de abrangência do IFPA - Campus Breves:

Figura 3 - Municípios da área de abrangência do IFPA - Campus Breves



Fonte: PPC Técnico em Agropecuária/ IFPA/BREVES, 2016.

Araújo (2017) relata que os primeiros cursos ofertados pelo IFPA - Campus Breves não possuem registros de consultas ou audiências públicas para a construção desses, em nenhum desses municípios, como prevê as diretrizes da EPT. Conforme Araújo (2017, p.97):

O primeiro Processo Seletivo do Campus foi realizado em 2010 e ofertou 315 vagas para os cursos Técnico Subsequente em Turismo (posteriormente foi transformado no curso Técnico em Eventos), Edificações e Informática, sendo 105 vagas em cada curso. No mesmo ano, foi aberto um polo de oferta em Ponta de Pedras com os cursos técnicos em Aquicultura, Eventos, Edificações e Informática. Além dos cursos técnicos de nível médio o campus ofertou as licenciaturas em Informática, Pedagogia e Educação do Campo pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), nos polos de Breves, Muana e São Sebastião da Boa Vista.

Com relação a escolha da oferta de cursos da EPT, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN/EPT), orientam que antes da implantação de qualquer curso seja feito um diagnóstico, das necessidades, possibilidades e consequências, a partir da realidade onde a instituição está

inserida, ouvindo as organizações da comunidade, estudantes, ex-estudantes, para verificar as demandas, considerando realidade local.

Após a implantação do campus Breves em 2010, devido indícios de corrupção, o IFPA como um todo, passou por um período de interferência da Polícia Federal, gestores foram afastados, e isso acarretou sérios problemas que, infelizmente, alguns *campi* sofrem até hoje. Nesse período, o Campus Breves ainda não tinha prédio próprio, a instituição funcionava em prédio cedido pela prefeitura e também foi alvo da operação.

Após o período de intervenção, mais necessariamente em meados de 2014, ocorreu a mudança de gestão do IFPA - Campus Breves. Foi designado para a função o prof. Dr. Mario Médice Costa Barbosa, que até então era professor do IFPA - Campus Castanhal-PA, e aceitou a responsabilidade de conduzir a instituição em Breves, como Diretor Geral do Campus.

Ao chegar na instituição em 2014, por ter uma formação em história e ser estudioso das políticas e das construções socioeconômicas da Amazônia, percebeu que a mesma não estava estruturada de acordo com a realidade marajoara, sua missão, a partir daí, foi de conscientizar os servidores, estudantes e comunidade em geral para a construção de um IFPA mais voltado para a realidade local.

Nessa dinâmica de construção de um IFPA para o Marajó, é relevante destacar a implementação do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, que foi construído depois de várias audiências públicas, com a participação da comunidade e da sociedade organizada, assim como determina as DCN/EPT. Araújo (2017, p.99) afirma que:

Nos últimos três anos a instituição vivenciou um projeto amplamente debatido com a comunidade local, sob o paradigma da Educação do Campo, o qual se desdobrou em importantes conquistas para os moradores da região das florestas. Um dos pilares das ações institucionais foi implantação do Eixo Tecnológico Recursos Naturais, evento fundamental para sintonizar o campus aos arranjos produtivos locais, assim, dialogar com a realidade social e produtiva das comunidades locais.

Essas ações são de fundamental importância para a construção de uma instituição verdadeiramente pautada nas demandas regionais. Sobre o exposto, destaca-se o processo seletivo que ocorreu em 2016, onde a instituição, devido aos problemas de conectividade precária no Marajó, e com o objetivo de integrar e fazer o IFPA uma instituição democrática, realizou inscrições de forma presencial em todos os municípios da área de abrangência, as avaliações e entrevistas também aconteceram de forma presencial nos municípios, marco que veio para reafirmar o IFPA no Marajó, como uma instituição que está comprometida com o

desenvolvimento socioeconômico e sustentável. Um dos processos seletivos que mais orgulhou a instituição e gerou uma turma heterogênea, pois selecionou estudantes de todos os municípios da sua área de abrangência.

Atualmente, segundo dados do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA, 2020), o campus Breves possui cerca de 733 estudantes, oferece cursos FIC de Mestre de obras e operador e montador de computador; cursos de Ensino Médio integrado ao técnico de: Informática, Agropecuária e Meio Ambiente; cursos técnicos subsequentes de: Edificações, Meio Ambiente e Agropecuária; nível superior com os cursos de: Licenciatura em Educação do Campo, Tecnólogo em Agroecologia e Tecnólogo em Gestão Ambiental; oferece também pós-graduações nas áreas de Docência para Educação Profissional e Tecnológica e Agroextrativismo Sustentável e Desenvolvimento Rural.

5 Considerações Finais

O IFPA insere-se na região do Marajó como uma instituição que de início, passou por sérios problemas políticos de gestão, mas que após a intervenção se reergueu e, através de audiências e consultas públicas, várias articulações da instituição com a sociedade civil organizada, começou a desenhar um novo rumo para uma instituição que necessita estar pautada nas demandas locais.

É necessário ouvir a população e isso foi de extrema importância para construção desse processo. O Marajó das florestas possui uma biodiversidade cultural de extrema relevância, então, qualquer projeto que não fosse baseado no diálogo com as comunidades, não seria um projeto pensado para o Marajó.

O IFPA campus Breves se firmou como instituição nesse território. Assim, melhorias foram aos poucos acontecendo, como a chegada de novos servidores e a construção do prédio próprio. Em 2018 segundo um balanceamento apresentado no PDC/2019-2023 a instituição cresceu 277%, números que refletem um desenvolvimento representativo de oportunidades de acesso aos estudos e melhoria de vida aos jovens dessa região.

O Instituto funciona como uma salvaguarda para os jovens, pois representa a esperança de um trabalho melhor, de uma formação acadêmica mais qualificada, um futuro promissor, com mudança de vida, em uma região de escassas oportunidades.

Referências

ARAÚJO, Romildo Castor. **Educação profissional e agroecológica no Marajó agroflorestal: Entrelaçando saberes na construção do Eixo Tecnológico Recursos Naturais no IFPA Campus Breves**. 139 f. 2017. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFPA, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília, 2018.

CAIRES, Vanessa Guerra; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional brasileira. Da colônia ao PNE 2014-2024**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016.

CORDÃO, Francisco Aparecido; MORAES, Francisco de. **Educação Profissional no Brasil, síntese histórica e perspectivas**. São Paulo: Senac, 2017.

Índice de desenvolvimento humano. PNUD/2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>. Acesso em 22/09/2021.

Numero de alunos matriculados. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, 2020. Disponível em: https://sigaa.ifpa.edu.br/sigaa/graduacao/relatorios/discente/seleciona_matriculados.jsf >Acesso em: 22 de setembro de 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2014-2018**. Belém-PA. Disponível em: <https://ifpa.edu.br/documentos-institucionais/0000/docs-inst/4032-pdi-2014-2018-revisado/file>. Acesso em 09 de agosto, 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – IFPA CAMPUS BREVES. **Plano de Desenvolvimento do Campus Breves - PDC 2019-2023**. Pará, 2019.

SOUZA, Alexandre Augusto Cals e. **Políticas Educacionais no Arquipélago do Marajó: A Organização do Ensino no Município de Breves/Pa**. 2012. 143 f. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. A reforma do ensino médio no anos 1990: O parto da montanha e as novas perspectivas. In: PARDAL, Luiz; VENTURA, Alexandre, DIAS, CARLOS. **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal**. Campinas - SP: Autores Associados, 2005. p. 17-15.

ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi. Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma dos anos de 1990. In: PARDAL, Luiz; VENTURA, Alexandre, DIAS, CARLOS. **Ensino Médio e Ensino Técnico no Brasil e em Portugal**. Campinas - SP: Autores Associados, 2005. p. 3-15.